

## **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

### **REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2004 (do Sr. ALBERTO GOLDMAN)**

Solicita seja realizada Reunião de Audiência Pública, com a presença dos convidados a seguir listados, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre recente operação entre a AMBEV e a empresa belga Interbrew.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a presença dos convidados a seguir listados, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre recente operação entre a cervejaria brasileira AMBEV e a empresa belga Interbrew.

Convidados:

- . Marcel Telles – Presidente do Conselho de Administração da AMBEV;
- . Jorge Paulo Lemann e Carlos Alberto Sucupira – sócios da AMBEV;
- . Luiz Cantidiano e Vladimir Castelo Branco – respectivamente, Presidente e Vice-Presidente Interino da CVM – Comissão de Valores Mobiliários;
- . Adacir Reis – Secretário de Previdência Complementar, responsável pela fiscalização das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- . Valdir Canuto – Presidente da Associação Nacional de Funcionário dos Banco do Brasil;
- . Sérgio Ricardo Silva Rosa – Presidente da Diretoria Executiva da PREVI;
- . Luiz Carlos Aguiar – Diretor de Investimentos da PREVI;
- . Henrique Pizzolato – Presidente do Conselho Deliberativo da PREVI;

- . Paulo Beretas – Gestor do Fundo de Investimentos Schrodors ISF Japanese Equity;
- . Jean Van de Walle – Gestor da Alliance Capital;
- . Waldir Correa – Associação Nacional dos Investidores do Mercado de Capitais;
- . Ubaldo Evangelista Neto – Presidente do Conselho Fiscal da PREVI;
- . Pedro Alvim Júnior – Diretor-Presidente da CENTRUS – Fundação Banco Central de Previdência Privada.

A convocação que ora requeremos é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos decorrentes da aliança AMBEV-INTERBREW, que, segundo notícias veiculadas pela imprensa, trazem indícios de irregularidades, insuficiência de controle pela CVM, vazamento e utilização de informações privilegiadas, prejuízos para acionistas minoritários, entre outras.

A revista “Istoé Dinheiro” de 13 de março de 2004, publicou notícia sob o título “Marcel Telles vendeu suas ações antes...”, segundo a qual:

“MARCEL TELLES VENDEU SUAS AÇÕES ANTES... Mentor da aliança Interbrew/Ambev vendeu 160 milhões de papéis preferenciais antes daquele que foi o maior negócio de cervejas do mundo ... E SÉRGIO ROSA COMPROU 3,5 BILHÕES DE AÇÕES. PERDEU QUASE R\$ 900 MILHÕES - Presidente da Previ fez um dos piores negócios do fundo - ao adquirir um monumental lote de ações preferenciais da Ambev, antes do acerto com belgas .

Negociação - Telles começou a se encontrar com os sócios belgas em março de 2003 - O brasileiro Marcel Telles, presidente do Conselho de Administração da Ambev, foi quem idealizou, planejou e executou o maior negócio já feito no mundo na área de cervejas: a aliança entre a belga Interbrew e a brasileira Ambev, anunciada dias atrás. Na operação, os três principais ex-controladores da companhia – o próprio Telles e seus sócios Jorge Paulo Lemann e Carlos Alberto Sucupira – receberam um prêmio de 78% na venda de suas ações ordinárias, papéis com direito a voto, e embolsaram US\$ 4,1 bilhões. As ações preferenciais da Ambev, porém, caíram mais de 30% depois do anúncio da operação – no mercado financeiro, avalia-se que o negócio foi muito ruim para os acionistas com tais títulos. A novidade no caso Ambev é que Telles foi quem mais vendeu ações preferenciais da companhia, meses antes do anúncio da operação. De acordo com documentos encaminhados à Securities Exchange Commission (SEC), o xerife do mercado financeiro americano – e obtidos pela DINHEIRO –, Telles possuía 372,8 milhões de ações preferenciais da Ambev (1,53% do total), em junho de 2002. No entanto, no dia 15 de julho de 2003, tal posição havia se reduzido para 213,1 milhões de ações (0,93% do total). Telles vendeu praticamente 160 milhões de ações preferenciais no período. Foi quem mais se desfez dos títulos, segundo levantamento da Bloomberg, uma empresa de informações financeiras. Considerando o preço médio dos papéis, apurado

pela consultoria Econômica, a posição vendida por Telles vale cerca de R\$ 70 milhões. Procurada pela DINHEIRO, a Ambev não informou qual a quantidade de ações preferenciais da companhia que Telles ainda mantém em sua carteira de investimentos, nem o porquê de ter vendido um lote substancial de títulos, que se desvalorizaria drasticamente depois do negócio.

O perdedor Rosa, da Previ, estuda ir à CVM para contestar a operação - Os documentos enviados à SEC também revelam que a movimentação financeira de Telles em 2003 contrasta com o que ele vinha fazendo nos anos anteriores. Entre 2001 e 2002, por exemplo, como mostra o relatório da SEC de 17 de junho de 2002, ele ampliou seu lote de preferenciais de 345 milhões para 372,8 milhões de ações. Foi só depois que ele começou a virar a mão e a vender preferenciais, como mostra o relatório da SEC de 15 de julho de 2003. Quatro meses antes do relatório da SEC, em março daquele ano, no Carnaval, aconteceram as primeiras conversas entre acionistas da Ambev e da Interbrew. No camarote da Brahma, na Marquês de Sapucaí, um dos convidados ilustres foi Alexander Van Damme, um dos controladores da empresa belga. Ele veio ao Brasil e passou incógnito no camarote. Em seguida, Van Damme voou para Angra dos Reis, onde se reuniu com os controladores da Ambev na mansão de Jorge Paulo Lemann. As conversas se intensificaram e prosseguiram até que o negócio fosse finalmente concluído. Anunciado publicamente no dia 3 de março último, provocou reação imediata. Analistas e investidores apontam que o acordo privilegiou os controladores em detrimento dos detentores de preferenciais. Pelas contas da Econômica, os donos das preferenciais perderam R\$ 1,3 bilhão, entre a data do anúncio do negócio e a quinta-feira 11 passada.

A operação Interbrew/Ambev ganhou uma dimensão ainda maior quando executivos da própria cervejaria brasileira, entre eles Victorio de Marchi, oriundo da Antarctica, admitiram que talvez tenha havido vazamento de informações. A denúncia já gerou uma investigação interna do xerife de mercado brasileiro, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O presidente interino da CVM, Vladimir Castelo Branco, diz que, em tese, a apuração sobre casos de informação privilegiada não se restringe a um prazo limitado entre o início e a conclusão de um negócio. Até mesmo operações com papéis feitas com grande antecedência podem ser investigadas, dependendo das circunstâncias. O que importa, na visão dos técnicos da CVM, é checar se os controladores usaram informações de que os demais acionistas não dispunham, em benefício próprio, para obter ganhos. Não é a primeira vez que esse tipo de problema acontece na vida de Marcel Telles. Quando a AmBev foi criada, na negociação entre Brahma e Antarctica, em julho de 1999, surgiram rumores de que teria havido vazamento de informações às vésperas do anúncio oficial. A CVM chegou a investigar se a trinca Telles, Lemann e Sicupira, controladores da Brahma, havia comprado no mercado papéis com direito a voto da Antarctica, que teriam tudo para se valorizar nos dias seguintes. Otávio Ângelo da Veiga Neto, primo de Sicupira, também foi investigado. Em junho de 2002, os três controladores da Ambev assinaram um termo de compromisso, em forma de acordo, com a CVM. A investigação foi encerrada graças ao pagamento de uma multa de R\$ 300 mil e a edição, patrocinada pela Ambev, de um manual de boas práticas corporativas.

Na operação recente, com a Interbrew, o acionista mais prejudicado, por ser o maior detentor de títulos preferenciais, foi a Previ, fundação dos funcionários do Banco do Brasil, que tem mais de 70 mil aposentados e pensionistas. Em julho de 2002, a Previ sequer aparecia no relatório enviado à SEC pela Ambev. Um ano depois, em julho do ano passado, a Previ, sob a gestão do atual presidente Sérgio Rosa, já tinha 3,5 bilhões de ações preferenciais (15,38% do total). Os técnicos da Previ ainda não têm um número oficial das perdas com a operação. Mas, segundo os últimos dados públicos, sua carteira de ações da Ambev valia perto de R\$ 2,9 bilhões às vésperas do negócio com a Interbrew. Uma semana depois, o valor caiu para R\$ 2 bilhões. Ou seja: sofreu um prejuízo de quase R\$ 900 milhões. Depois da perda monumental, a fundação anunciou que deve prestar queixa à CVM. “Estamos conversando com os advogados para decidir qual caminho tomar”, disse um executivo da Previ. Se a fundação não agir, os funcionários do Banco do Brasil irão tomar a dianteira. “Caso fique claro que os três controladores lucraram às custas dos prejuízos dos acionistas preferenciais, a Previ terá que tomar providências”, disse Valmir Camilo, presidente da Associação Nacional dos Funcionários do BB. “E se não fizer nada, podemos ir à Justiça para obrigá-los a agir.”

Reputação abalada. No mercado internacional, há também muito desconforto entre grandes investidores. A americana Alliance Capital, que possuía uma posição de US\$ 18 milhões em ações preferenciais da Ambev, perdeu quase US\$ 5 milhões. “No passado, eu falei várias vezes com o Marcel Telles e ele sempre disse que não havia risco para os detentores de papéis preferenciais porque ele próprio era um dos grandes preferencialistas”, disse à DINHEIRO o belga Jean Van de Walle, gestor da Alliance. “Se ele vendeu ações, não foi um procedimento ético”. Para Van de Walle, o grande problema da operação Intebrew/Ambev é que os três controladores foram “gulosos” demais. Outro fundo de investimentos, o britânico Schroders, estima ter perdido US\$ 30 milhões. “É irracional o que está acontecendo”, afirma Beto Bretas, gestor do fundo. Clecius Peixoto, do Emerging Markets Investors Corporation, avalia que o caso Ambev pode manchar a credibilidade do mercado brasileiro, por evidenciar a falta de proteção aos interesses dos minoritários. E o mais grave é que, graças ao histórico de bons lucros da Ambev, Telles era considerado um ídolo do mercado financeiro. No capítulo final, ele ganhou muito dinheiro, mais saiu com a reputação abalada.”

“Vazamento de informações vira rotina em grandes negócios com ações no Brasil, mas o órgão de fiscalização do governo não pune ninguém - De saída Cantidiano renunciou ao comando da CVM na sexta, 12. Um fenômeno inédito tocou fogo no mercado na semana passada. Depois do anúncio do negócio da Ambev com a Interbrew, o co-presidente da cervejaria brasileira, Victorio de Marchi, admitiu que pode ter havido vazamento de informações sobre a operação. Dias antes do anúncio, investidores compraram e venderam ações da Ambev em quantidades muito acima do padrão normal. E não é só. No dia seguinte à divulgação do acordo, as ações preferenciais da Ambev desabaram. Acionistas minoritários se dizem prejudicados pelos controladores da empresa. Em vários países, essas constatações seriam motivo mais do que suficiente para os xerifes de mercado iniciarem uma investigação. Nos Estados Unidos, por exemplo, a

apresentadora americana de tevê, Martha Stewart, acaba de ser condenada e pode ser presa por utilizar informação privilegiada em seus investimentos no mercado financeiro. No Brasil, penas como a de Marta são impensáveis. Mesmo com toda a repercussão de casos como o da Ambev, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a quem cabe o papel de xerife de mercado, parece ignorar o assunto. Na quarta-feira, o ainda presidente da instituição, Luiz Cantidiano, entrou de férias. Vai ficar no Rio, com uma filha que foi operada.

Depois, vai a um spa, para emagrecer. E não voltará à CVM. Na sexta-feira 12, Cantidiano enviou carta ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, renunciando ao cargo. “Deixo a presidência certo de ter conseguido realizar grande parte da tarefa que me propus”, escreveu. Vai reassumir sua atividade como advogado. Para o seu lugar na instituição, o nome mais cotado é o de Marcelo Trindade, ex-diretor da CVM.

Frustração: Investidores denunciaram uso de informações privilegiadas com ações da Ambev, Banco do Brasil e BR Distribuidora - Denúncias. Trindade tem um grande desafio pela frente. Nos últimos anos, surgiram várias denúncias de vazamentos de informações ou afrontas dos direitos de acionistas minoritários que ficaram sem resposta. Em setembro de 2003, as ações da Eletropaulo subiram dias antes de o BNDES fechar um acordo de renegociação de suas dívidas. Carlos Lessa, presidente do BNDES, reconheceu: “Pode ter havido vazamento de informações”. Um ano antes, o governo federal havia suspenso o plano de venda de 16,3% de ações do Banco do Brasil. A razão: antes do anúncio do programa, os computadores da Bolsa registraram um movimento com ações do BB três vezes superior à média tradicional. Problemas semelhantes ocorreram com ações da BR Distribuidora e da Petrobrás. “É difícil saber o que são rumores ou vazamentos”, diz Marcos Souza Barros, dono de uma corretora em São Paulo. “Mas a impressão é que os vazamentos de informação são comuns.” A própria CVM admite que os casos são frequentes e muito raramente são investigados até o final. Nos últimos anos, apenas uma dessas suspeitas teve uma conclusão. Marcel Telles, Jorge Paulo Lemann e Carlos Alberto Sicupira, controladores da Brahma, fecharam acordo para pagar multa de R\$ 300 mil e acabar com processo de informação privilegiada na formação da Ambev, em 1999. Houve algum outro caso levado até o final? “O número não foge muito de um”, reconhece Elizabeth Machado, superintendente de relações com empresas da CVM.

Existem várias razões apontadas para o problema. Uma delas é falta de estrutura. A CVM tem apenas dez técnicos para vigiar 930 empresas. “A CVM faz um grande esforço, mas não tem meios para cumprir seu papel”, diz o advogado Ordélio Sette. “É um xerife desarmado”. Outra razão é o desgaste político, diz um gestor de recursos financeiros. Nunca houve um grande caso exemplar, como nos EUA. Além disso, falta uma reforma parecida com a do Banco Central. Em meados dos anos 90, os técnicos do BC foram orientados a se fixar menos na burocracia e mais no que há de relevante a ser checado. Quando Cantidiano assumiu o cargo, muitos executivos financeiros acreditavam que a instituição poderia dar uma virada. Advogado experiente na área de direitos de minoritários, Cantidiano negociou ajuda do Banco Mundial para equipar a instituição. Anunciou a contratação de pessoal.

Prometeu casos exemplares para meter medo nos infratores. O balanço de sua gestão revela, porém, um retrato desigual.

Magliano, da Bolsa: “De luto” pelas perdas dos minoritários - Sua atuação foi marcada por algumas polêmicas, algumas vitórias dos minoritários e um constante desgaste político. O grande trunfo foi o veto da CVM à proposta de incorporação da Tele-Centro-Oeste pela Vivo (controlada pela Telefônica). Os minoritários julgaram o valor oferecido pelas ações preferenciais irrisório, enquanto a Telefônica não arredava pé da oferta. Ao final, a CVM emitiu um parecer favorável aos minoritários e a Telefônica suspendeu o negócio. Outra vitória foi a determinação para a empresa dinamarquesa Novo Nordisk refazer a oferta pelas ações de minoritários da Biobrás, em 2002. A maior polêmica envolveu o Opportunity. Antes de dirigir a CVM, Cantidiano advogou para o banco. Ao assumir a CVM, foi acusado de travar inquéritos sobre a instituição. Em sua defesa, Cantidiano diz que se declarou impedido de atuar nos casos do Opportunity. Outra operação desgastante foi a da Telemar. No ano passado, a Telemar transferiu as ações de uma de suas subsidiárias, a Oi, de uma companhia para outra do grupo. No processo, a empresa que incorporou as ações sofreu perdas. Uma administradora de investimentos, a Polo Capital, entrou com processo na CVM e na Justiça para reverter a operação.

Reforma na lei. A crise da CVM ocorre no pior momento possível. Investidores se queixam de problemas de mercado, a começar pela negociação Interbrew/Ambev. Dois grandes bancos internacionais, o CSFB e o UBS, divulgaram relatórios com críticas à falta de proteção aos minoritários no Brasil. Os dois documentos lançam a mesma proposta: uma reforma na Lei das Sociedades Anônimas para abolir as ações sem direito a voto (preferenciais), como em outros países. “No Brasil, é muito comum que os minoritários subsidiem os lucros dos controladores”, diz Marcelo Mesquisa, estrategista do UBS. Outra frente de queixas veio de investidores junto à Bolsa. Segundo DINHEIRO apurou, depois do anúncio da Ambev, o presidente da Bolsa de São Paulo, Raymundo Magliano, ligou para um dos membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que assessora o presidente Lula. Magliano se queixou. “O mercado está de luto”, disse Magliano. O provável sucessor de Cantidiano, Marcelo Trindade, chega com a benção de Antônio Palocci, batendo o economista René Garcia Júnior, apadrinhado por José Dirceu. O que o mercado espera é que, desta vez, a virada aconteça. “O País precisa de uma CVM forte. Não dá para que uma instituição dessa importância fique tanto tempo com diretorias vagas, sendo alvo de pressões políticas e empresariais”, diz Waldir Corrêa, da Associação Nacional dos Investidores do Mercado de Capitais.”

No dia 20 de março de 2003, a mesma “Istoé Dinheiro” publicou notícia sob o título “A guerra das ações da AMBEV – CPI no Congresso, investigação na CVM, reação dos minoritários: o segundo round da fusão das cervejas”:

“O Congresso Nacional deve instalar nos próximos dias uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as movimentações com ações da Ambev realizadas antes daquele que foi o maior negócio do mundo na área de cervejas, unindo a belga Interbrew e a companhia brasileira, numa

operação de US\$ 11 bilhões. As movimentações foram reveladas com exclusividade na última edição da revista DINHEIRO. O pedido de investigação está sendo feito em duas frentes. No Senado, o parlamentar Demóstenes Torres (PFL-GO) apresentou um requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos para que Marcel Telles e Victorio de Marchi, os dois co-presidentes do Conselho de Administração da Ambev, sejam convocados a prestar esclarecimentos. Empunhando um exemplar da DINHEIRO, Torres fez um discurso no plenário, na terça-feira 16, e disse que o acordo prejudicou os detentores de papéis preferenciais, que caíram cerca de 30% depois da operação com a Interbrew. Destacou a informação da reportagem da DINHEIRO de que Marcel Telles vendeu quase 160 milhões de ações antes do negócio. “Só a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, perdeu R\$ 900 milhões”, disse Torres. Na Câmara, o deputado Ribamar Alves (PSB/SE), que já vinha recolhendo assinaturas para uma CPI sobre supostos benefícios fiscais concedidos à Ambev, conseguiu fechar a lista – e até com certa folga. “A reportagem sobre as movimentações de ações da Ambev teve efeito devastador entre os colegas”, disse o deputado, que obteve 100 assinaturas em apenas três dias. “Já tenho 50 adesões além do mínimo de 171 deputados para instalar uma CPI, que irá também investigar por que os donos de ações preferenciais foram tão prejudicados”, garantiu. Na tarde da quarta-feira 16, Ribamar Alves entregou a lista ao presidente da Câmara, o deputado João Paulo (PT/SP), que lhe prometeu empenho para que a comissão seja instalada. “Ajudarei no que puder, até porque a Ambev já não é mais uma empresa brasileira”, disse João Paulo ao deputado. O senador Demóstenes Torres, por sua vez, começou a recolher assinaturas para uma CPI mista.

Na segunda-feira 15, a Ambev publicou um fato relevante, de página inteira, nos maiores jornais do País. Nele, a empresa confirmou que um dos principais executivos e controladores da companhia, Marcel Telles, vendeu 156 milhões de ações preferenciais da cervejaria nos dias 6 e 10 de junho de 2003, meses antes da associação. Os papéis foram negociados, segundo a Ambev, a R\$ 595,70 por lote de mil ações. A venda das ações preferenciais de Telles representou um negócio R\$ 92,9 milhões, que, segundo o informe da Ambev, teriam sido usados integralmente no reinvestimento em outras ações da própria cervejaria. No mesmo fato relevante, a Ambev também confirmou que, em março de 2003, durante o Carnaval, seus controladores encontraram-se com acionistas da empresa Interbrew, mas negou que tenha havido conversas comerciais à época. O texto diz ainda que as negociações oficiais começaram em outubro do ano passado.

Tais revelações despertaram a atenção da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão encarregado de investigar movimentações atípicas com ações de empresas abertas, e da Securities Exchange Commission (SEC), o xerife norte-americano. “Iremos aprofundar as investigações”, informou à DINHEIRO um dos principais executivos da CVM. Ele diz que a autarquia já havia aberto uma investigação interna para apurar se houve vazamento de informações no caso Ambev e que agora irá pedir também a colaboração da SEC. Caberá à CVM descobrir se na venda de ações preferenciais da cervejaria por um dos controladores, no caso Marcel Telles, teria havido uso de informação privilegiada, o chamado insider trading. DINHEIRO consultou

dois ex-presidentes da CVM, entre os quais o mais recente, Luiz Leonardo Cantidiano, que deixou o cargo há uma semana. “A revelação de que um dos controladores da empresa vendeu ações antes do negócio é um fato novo, dado que não pode ser descartado pela CVM”, disse Cantidiano. Ele informa que o desafio é checar se, em junho de 2003, momento da venda das ações de Telles, a estratégia de negociação entre Interbrew e Ambev já estava sendo desenhada pelos controladores. Outro ex-presidente da CVM, Luiz Octavio Motta Veiga, concorda com Cantidiano. “As movimentações de ações foram grandes demais para serem ignoradas pela CVM”. Seria o caso de checar, diz ele, se naquele período houve trocas de telefonemas, e-mails, documentos ou até encontros regulares entre executivos da Ambev e da Interbrew. Houve repercussões também no Ministério Público. Em Brasília, os procuradores José Robalinho e Valquíria Quixadá iniciaram uma investigação sobre eventuais prejuízos ao mercado financeiro e aos fundos de pensão. “Os fatos são muito graves e merecem apuração”, disse Robalinho à DINHEIRO. Em meio às críticas, a Ambev teve um encontro com investidores minoritários, que convocaram uma reunião na sede da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), na tarde da terça-feira 16. O objetivo era explicar a associação entre a Interbrew e a Ambev e também o fato de as ações preferenciais terem sofrido quedas abruptas em tão pouco tempo. No auditório da Bovespa, havia 120 pessoas, entre analistas de bancos de investimento globais e diretores de instituições financeiras nacionais. Durante a reunião, o diretor de Relações com Investidores da Ambev, Felipe Dutra, informou que Marcel Telles vendeu os papéis preferenciais para adquirir outros títulos da Ambev, entre os quais ações ordinárias. Tal posição desagradou investidores. “Seria melhor dizer que ele investiu o dinheiro na compra de um hospital”, disse Jean van de Walle, gestor da Alliance Capital. Seu raciocínio baseia-se no fato de que enquanto as ações preferenciais caíram mais de 30%, as ordinárias, com direito a voto, subiram cerca de 20%. A Alliance, que tinha preferenciais, perdeu cerca de US\$ 5 milhões, desde a divulgação da associação entre Ambev e Interbrew.

Com o fato relevante, a Ambev também despertou uma divergência com a Previ, o fundo de pensão do Banco do Brasil e maior acionista minoritário da Ambev. No comunicado, o diretor Dutra informou que a Previ mantém em sua carteira ações preferenciais da Ambev – cerca de 15% do total – há mais de dez anos. No entanto, tal posição não constava dos relatórios da SEC de 2001 e 2002. Só foi informada à SEC no relatório de 2003. “Cabia à Previ informar à SEC”, disse Dutra. Procurada pela DINHEIRO, a Previ deu outra versão. “A obrigação de informar era da Ambev”, disse o porta-voz da fundação. A SEC, por sua vez, disse que não comenta casos específicos, mas que, em tese, omitir uma participação acionária superior a 5% do total nos relatórios enviados ao órgão constitui uma irregularidade e que o dever de informar é da companhia listada na Bolsa de Valores de Nova York, no caso a cervejaria. “É obrigatório prestar esta informação”, disse à DINHEIRO John Heine, porta-voz da SEC. “Parece-nos que a Ambev agiu com a intenção de prejudicar a Previ”, disse Walmir Camilo, presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Brasil. O principal concorrente da Ambev, a Schincariol, também reagiu. Na quarta-feira 17, a empresa organizou uma entrevista coletiva. Nela, o



superintendente Adriano Schincariol anunciou que sua empresa irá contestar a operação Interbrew/Ambev no Conselho Administrativo de Defesa Econômica dentro de trinta dias – no início da semana, o presidente Lula defendeu mudanças no órgão para que as fusões e aquisições sejam avaliadas previamente, e não mais a posteriori. Adriano também disse que poderá processar o cantor Zeca Pagodinho, que abandonou seu contrato com a Schin e tornou-se garoto propaganda da Brahma. A tese defendida pela Schin é que o caso Pagodinho criou uma cortina de fumaça para desviar a atenção do público. “O que importa é a reportagem da DINHEIRO, que revelou os negócios com ações da Ambev antes do negócio com a Interbrew”, disse Eduardo Fischer, da Nova Schin.

A revelação sobre o movimento com ações da Ambev teve repercussão internacional. O caso foi noticiado pela Bloomberg, principal agência de informações financeiras do mundo, e pelo Financial Times, um dos mais respeitados diários europeus. No Financial Times, o texto foi publicado na quarta-feira 17 na Lex Column, a mais lida coluna financeira do jornal. O periódico considerou “particularmente irritante” a defesa de Telles publicada no fato relevante tornado público depois da publicação, pela DINHEIRO, da venda de suas ações. “Essa defesa ressalta que os controladores da Ambev não vêem nada de errado em administrar firmas de capital aberto como se fossem seus próprios feudos”, diz o texto do Financial Times, que também cita uma frase do bilionário Donald Trump, a de que nunca se é demasiadamente ganancioso. De acordo com o Financial Times, Telles e os outros dois principais controladores da Ambev, Jorge Paulo Lemann e Carlos Alberto Sicupira, excederam em ganância. O texto diz ainda que os controladores venderam 230 milhões de ações preferenciais para adquirir ordinárias. A assessoria da Ambev esclarece que, além das 156 milhões de ações vendidas por Telles, outro lote de 74 milhões de ações preferenciais foi vendido pela Fundação Antônio e Helena Zerenner (ex-controladora da Antarctica), num programa para conversão em ações ordinárias. O caso agora está nas mãos do Congresso, da CVM, da SEC e do Cade.”

O jornal “Folha de São Paulo” de 30 de março de 2004 publicou:

“AmBev pode ficar sem empréstimo – A união de forças entre a AmBev e a belga Interbrew poderá dificultar ou até impedir o acesso aos financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Atualmente, a AmBev tem um crédito de R\$ 484 milhões com o banco, aprovado em dezembro de 2003, cuja liberação está suspensa até que a diretoria do BNDES decida se continuará ou não emprestando dinheiro à empresa.

A posição do BNDES é que, após a operação com a Interbrew, a AmBev pode ser considerada uma empresa com capital estrangeiro. Isso facilitaria o seu acesso ao mercado financeiro internacional, reduzindo os custos de captação e dispensando a necessidade de ajudas do banco estatal.

O BNDES diz que sua função é fomentar empresas brasileiras que queiram ampliar a atuação e investir no Brasil, mas que têm dificuldades para

se capitalizar. Esse deixou de ser o caso da AmBev, que poderá receber investimentos da própria Interbrew.

O financiamento de R\$ 484 milhões à AmBev que atualmente tramita nas mesas do BNDES corre o risco de ser cancelado por conta da operação com os belgas. Se liberado, a AmBev terá de pagar pelo menos um ponto percentual a mais que os juros cobrados para empresas brasileiras.

Outro lado - A AmBev informa que prefere não comentar a situação com o BNDES justamente porque nenhum contrato foi assinado até agora e porque o banco ainda não definiu se irá ou não emprestar e em que condições.

O pedido de empréstimo de R\$ 484 milhões foi encaminhado ao BNDES em 2001 com o objetivo de obter recursos para a modernização e a expansão de fábricas nos anos de 2002 e 2003. No entanto, a aprovação só saiu em dezembro do ano passado. O BNDES iria emprestar R\$ 361 milhões de recursos do caixa do próprio banco, além de comprar outros R\$ 123 milhões em debêntures permutáveis -que podem ser transformadas em ações de emissão de outra companhia- que seriam emitidas pela AmBev especialmente para o banco.

No começo de março, o BNDES divulgou que pretendia cobrar mais das empresas estrangeiras para privilegiar o setor público e as empresas brasileiras nos empréstimos. As instituições da administração pública direta podem contrair empréstimos pagando 2% ao ano mais TJLP; as micro, pequenas e médias empresas nacionais, de 1% a 2,5% e TJLP.

Já as grandes empresas nacionais, categoria na qual a AmBev se encaixaria, pagam de 3% a 4,5% mais TJLP, enquanto as companhias estrangeiras teriam uma taxa de juros adicionais de 4% a 5,5% ao ano sobre a TJLP.

A explicação foi a mesma dada pelo banco para suspender, pelo menos temporariamente, a liberação dos recursos para a AmBev. O BNDES se baseia na avaliação de que as empresas estrangeiras têm mais facilidade para captar dinheiro no exterior e que, por isso, não precisam do banco tanto quanto as nacionais (que têm de arcar com o risco Brasil)."

Sala das Comissões, em                      de                      de 2004

Deputado ALBERTO GOLDMAN